

ANEXO X

DECLARAÇÃO

(trabalhador informal/desempregado/sem renda/outras rendas)

Declaro para os devidos fins que eu, _____
_____, RG nº _____, CPF nº _____, residente na
rua/av. _____, nº _____,
bairro _____, cidade _____, fone: _____

Quanto ao exercício de atividade remunerada:

- não exerço atividade remunerada ou estou desempregado desde _____
 exerço a seguinte atividade remunerada informal: _____ (especificar
o tipo de trabalho ou atividade), obtendo rendimento mensal aproximado de R\$ _____ .
Endereço do local de trabalho: _____
_____, fone: _____

Quanto a apresentação da CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social)

- estou apresentando original e cópia da CTPS para conferência e devolução na mesma oportunidade
 minha CTPS foi extraviada
 nunca tive CTPS
 minha CTPS está retida (no INSS, na empresa, com advogado, etc) – Nesse caso apresentar “extrato previdenciário” conforme orientações do item 13 do anexo XVI

Quanto ao recebimento de outros rendimentos/rendas:

- recebo pensão alimentícia no valor de R\$ _____
 não recebo pensão alimentícia.
 recebo aposentadoria/pensão do INSS no valor mensal de R\$ _____ (apresentar extrato)
 não recebo aposentadoria/pensão do INSS
 recebo outros rendimentos/renda no valor mensal de R\$ _____

Assumo a responsabilidade de informar imediatamente ao IFSP - Câmpus Bragança Paulista, qualquer alteração dessa situação, apresentando a documentação comprobatória

Estou ciente de que, em caso de falsidade ideológica, ficarei sujeito as sanções previstas no Código Penal * e as demais cominações legais aplicáveis.

_____, ____ de _____ de 2020

assinatura do declarante

*** Código Penal - Falsidade ideológica**

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.